

A VEZ DA EQUIPE DE MALAN

Lydia Medeiros
Da equipe do *Correio*

Eles preferiram deixar de lado as comemorações de praxe, braços erguidos e expressões radiantes, que acompanham vitórias como a obtida pelo governo na votação do projeto que taxa os aposentados do serviço público. Os deputados dos partidos que apóiam o presidente Fernando Henrique Cardoso achavam ontem que o Congresso cumprira seu dever ao aprovar um projeto amargo para qualquer político — tirar dinheiro dos aposentados. Investidores de todo o mundo acompanharam o desempenho do governo, uma vitória fácil, um caminho de votos para a proposta-símbolo do ajuste fiscal já derrotada quatro vezes anteriormente. Agora, o Congresso quer ver a equipe econômica tirar frutos desse esforço, dando uma resposta a altura do sacrifício.

Nenhum dos líderes que foram ontem ao Palácio do Planalto, num encontro de uma hora com o presidente, disse isso com todas as letras a Fernando Henrique. Mas fora dali, entre eles, já concluíram que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, perde a cada dia as condições políticas que o mantém na gerência do real e da crise. Até aqui, o Congresso deu ao governo as medidas anunciadas como imprescindíveis para sanear as contas públicas e manter a estabilidade da economia, fundo do presidente e cabo eleitoral eficiente. Aproveitou aumento de impostos, corte de gastos, garfada nas aposentadorias, reforma da previdência, reforma administrativa, fim de monopólios estatais.

André Corrêa



Aliados do governo no plenário da Câmara: sem comemorações ostensivas após votação que taxa aposentados

No encontro com Fernando Henrique, o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA) foi quem traduziu melhor — de maneira sutil, sem tom de ultimato — o pensamento das bancadas que, com exceções, deram o voto envergonhado em favor da contribuição previdenciária dos inativos da União. “Agora a equipe econômica tem que dar uma resposta efetiva”, comentou ele, depois de ouvir os agradecimentos do presidente ao empenho de todos pela vitória.

Fernando Henrique evitou respostas diretas ao comentário do lí-

der. Preferiu enfatizar o papel que o Ministério do Desenvolvimento terá daqui para frente. E recomendou ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, também presente, que trabalhe em conjunto com o ministro Celso Lafer.

O presidente, segundo relatos, estava um pouco menos tenso que na véspera, quando acompanhava a votação. A quarta-feira foi um dia duro. Logo de manhã, de Nova York, Malan telefonou de uma reunião com banqueiros ansiosos por informações vindas do Congresso. Queriam acompanhar tudo pela Internet.

Mas ontem de manhã, ainda antes dos resultados preocupantes do câmbio e das bolsas de valores, e com o projeto aprovado, Fernando Henrique chegou a fazer brincadeiras. Ao notar que o café acabara, disse aos deputados que o dinheiro estava apertado mesmo. Tanto, que não se compravam nem mais flores para enfeitar os gabinetes.

O sentimento de impotência diante da crise começa a prevalecer. O líder do PSDB, Aécio Neves (MG), admitiu que o Legislativo cumpriu a missão. “O que tínhamos de fazer, fizemos. Não temos mais

muitos instrumentos a utilizar. Cada vez mais ficamos na mão do mercado”. A alta do dólar e a queda das bolsas foram as primeiras decepções em um dia que deveria ser de alívio, não apreensão. “Não é nada trágico, mas não foi bom”, completou Aécio.

CALENDÁRIO

A reunião serviu também para acertar a agenda da próxima semana, a última da convocação extraordinária. O presidente pediu pressa na votação pela Câmara da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O líder do governo, Arnaldo Madeira (PSDB-SP) vai negociar com a oposição uma redução nos prazos de tramitação. Em troca, as mudanças no regimento interno da casa seriam discutidas em uma comissão ampla e não agora, como queriam os governistas para apressar a CPMF.

O parecer do relator, deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) já foi lido na comissão de Constituição e Justiça. O líder do PT, Marcelo Déda (SE), disse que concorda em discutir esses prazos especificamente para a CPMF, ressaltando que não gosta da idéia de mudar o regimento.

No Senado também há pressa para concluir a votação do projeto dos inativos. O plenário aprovou ontem regime de urgência para a matéria, que deve ser votada na próxima terça-feira. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que a aprovação do projeto dá a medida da preocupação do Congresso com o ajuste fiscal e significou uma “demonstração de espírito público e civismo”.

FHC MANTÉM A CONFIANÇA

A equipe econômica não está preparando um novo plano econômico e tampouco estuda a possibilidade de alterar a política cambial, assegurou ontem o porta-voz adjunto da Presidência, George Lamazière. Ele garantiu que a única mudança na política econômica foi anunciada na semana passada, quando o governo decidiu deixar o câmbio flutuar.

Fernando Henrique evitou comentar as quedas nas bolsas e a subida da cotação do dólar frente ao real — que chegou no meio da tarde a pagar R\$ 1,77 por um dólar. Pela manhã, durante a cerimônia de assinatura do contrato do consórcio Bonari Holdin formado por Sprint, National Grid e France Telecom para a empresa-espeto que competirá com a Embratel, o presidente disse que apesar da crise pela qual passa o país, os investidores privados estão apostando no Brasil. Para Fernando Henrique, a prova de que as multinacionais confiam na recuperação do país está nas inaugurações de fábricas de automóveis, no anúncio de investimentos e na disputa de grupos privados pelas concessões de prestação de serviços.

“Eu costumo dizer que o Brasil é um país que, quando se espera que aconteça o inevitável, acontece o inesperado. Tenho assistido algumas inquietações por causa de mudanças nas regras do câmbio, ao mesmo tempo que ocorrem inaugurações de fábricas, decisões de investimentos, ou seja, sinais muito claros de confiança no país”, destacou o presidente.